

RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.098 - RJ (2018/0272717-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : GEISON SOLANO OLIVEIRA
ADVOGADOS : JOSÉ PINTO SOARES DE ANDRADE - RJ043247
CARLOS DANIEL FERREIRA DIAS - RJ206957

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça daquele estado** (Revisão Criminal n. 0033800-24.2017.8.19.0000).

Consta dos autos que o recorrido foi condenado – com condenação já transitada em julgado – à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão (substituída por duas restritivas de direitos), em regime inicial aberto, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Nas razões do recurso especial, o Ministério Público aponta violação do art. 621, I, do Código de Processo Penal, sob o argumento de que o Tribunal de origem julgou procedente a revisão criminal com base na reavaliação de provas já analisadas anteriormente à luz do art. 59 do Código Penal, de maneira que se mostrou indevida a redução da reprimenda imposta ao acusado.

Pondera que "o dispositivo violado em momento algum permite a utilização de revisão criminal para que se discuta ou se reavalie os critérios subjetivos utilizados pelos magistrados que anteriormente funcionaram no feito para dosar a sanção penal aplicada ao réu" (fl. 128).

Requer o provimento do recurso, para que "seja reformado o v. acórdão que julgou a revisão criminal, restabelecendo-se a condenação pretérita e a reprimenda fixada pelo v. Acórdão que julgou a apelação" (fl. 134).

Contrarrazões às fls. 143-148 e decisão de admissibilidade às fls. 151-153.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Decido.

Segundo o disposto no art. 621 do Código de Processo Penal, é admitida a revisão dos processos findos nas seguintes hipóteses: a) sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos; b) sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; c) descoberta, após a sentença, de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

Ainda, consoante o enunciado no art. 626 do Código de Processo Penal, o tribunal, julgando procedente a revisão criminal, poderá alterar a classificação da infração, absolver o réu, **modificar a pena** ou anular o processo.

Conforme consta dos autos, o Juiz sentenciante fixou a pena-base do acusado acima do mínimo legal, ou seja, em 5 anos e 6 meses de reclusão e pagamento de 550 dias-multa, em razão da quantidade de drogas apreendidas (977 comprimidos de ecstasy). Ao julgar o recurso de apelação, a Corte estadual exasperou mais ainda a pena-base, fixando-a no patamar de 8 anos de reclusão e 800 dias-multa. Por ocasião do julgamento da revisão criminal, o Tribunal de origem assim decidiu, no que interessa (fl. 92):

Com todas as vênias, levando-se em conta os elementos constantes dos autos e os dispositivos legais, mostra-se acertada a decisão de primeira instância.

Verifica-se dos autos que a conduta extrapolou um pouco o âmbito de normalidade previsto no tipo penal, mas também temos que considerar a primariedade, os bons antecedentes do apelante e demais circunstâncias e consequências do crime.

Entendo que a quantidade de droga justifica uma exasperação da pena-base, nos termos do artigo 42, da Lei 11.343/06.

No entanto, **o aumento aplicado em 2ª instância pelo colegiado mostra-se um pouco exagerado**. Embora seja elevado o grau de reprovabilidade da conduta, penso que seja adequada a exasperação aplicada em 1º grau para

uma justa resposta penal, diante do maior desvalor do agir.

Não se desconhece que "A revisão criminal não deve ser adotada como um segundo recurso de apelação, pois o acolhimento da pretensão revisional reveste-se de excepcionalidade, cingindo-se às hipóteses em que a contradição à evidência dos autos seja manifesta, indubitosa, dispensando a interpretação ou análise subjetiva das provas produzidas." (AgRg no AREsp n. 830.554/SP, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 28/9/2018).

No caso, a Corte estadual explicitou devidamente os motivos pelos quais entendeu haver **flagrante equívoco** na dosimetria da pena imposta ao réu, com a descrição dos motivos pelos quais a reprimenda havia ofendido os critérios legais dos arts. 59 do Código Penal, 33, § 4º, e 42 da Lei n. 11.343/2006, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, **situação de excepcionalidade**, essa, capaz de autorizar o acolhimento da pretensão revisional.

Na ocasião, salientou que, embora a quantidade de drogas apreendidas constitua, de fato, elemento idôneo a justificar o aumento da pena-base – a teor do que estabelecido pelo art. 42 da Lei n. 11.343/2006 –, a exasperação efetivada por ocasião do julgamento da apelação mostrou-se **substancialmente injusta e exagerada**, razão pela qual restabeleceu a reprimenda fixada pelo Juiz sentenciante na primeira fase da dosimetria.

Em relação à segunda etapa da dosimetria, o Tribunal de origem também demonstrou as razões pelas quais a redução efetivada pelo Juiz de primeiro grau, em decorrência da atenuante da confissão espontânea, seria mais justa e adequada aos fatos cometidos.

Da mesma forma, no que tange à terceira fase, destacou a Corte estadual **não haver comprovação nos autos, de maneira inequívoca**, de que o réu "integrasse organização criminosa ou que praticasse diuturnamente o delito de tráfico de drogas" (fls. 92-93), de maneira que o afastamento da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 estava **contrário à evidência dos autos**, pelo que de rigor o restabelecimento da incidência da causa especial de diminuição de pena, aplicada pelo Juiz sentenciante.

De fato, a conclusão de que o réu integra organização criminosa ou de que se dedica a atividades delituosas deve ser pautada em

fatos concretos, que demonstrem, **de maneira inequívoca**, a ausência de preenchimento de um dos requisitos previstos em lei, o que, no entanto, não ocorreu no caso dos autos.

Portanto, uma vez que o Tribunal de Justiça estadual, ao julgar procedente a revisão criminal, concluiu, **com base em argumentos sólidos e idôneos**, que a condenação do acusado, nos moldes em que efetivada por ocasião do julgamento da apelação, seria **substancialmente injusta e em desarmonia com as provas produzidas nos autos**, não identifique a apontada violação do art. 621 do Código de Processo Penal, notadamente porque o resultado a que chegou a Corte de origem, em nenhum momento, implicou a rediscussão e/ou a reavaliação de fatos e provas.

Essa, aliás, também foi a conclusão do Ministério Público Federal, que, em seu parecer de fls. 177-183, assim se manifestou, no que interessa: "[...] constatada a injustiça da condenação no que diz respeito à dosimetria da pena, é possível a sua correção com fundamento na contrariedade ao texto expresso da lei penal, não havendo que se falar em violação ao artigo 621, inciso I, do CPP" (fl. 183).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC de 2015, c/c o art. 3º do CPP, e no art. 34, XVIII, "b", parte final, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**